

Boletim



Seção Sindical da ANDES - Sindicato Nacional

Associação dos Docentes da UNESP

Boletim da Adunesp nº 08/07

São Paulo, 11 de maio de 2007.

**DESSA VEZ NEM ZERO!
CRUESP NÃO TEM AUTONOMIA PARA APRESENTAR
PROPOSTA DE REAJUSTE SALARIAL!
É HORA DA GREVE?**

O controle das Universidades Públicas Paulistas (UPPs) pelo governo Serra vai se consolidando. Inicialmente os decretos que, embora desditos, não foram revogados nem modificados o suficiente para afastar a espada que paira sobre o sistema paulista de ensino superior. Dia 10 de abril o Cruesp em reunião com o F6 comunicou que não pode sequer fazer uma análise da proposta de reajuste salarial que consta na nossa pauta de reivindicações. Motivo: o Governo Estadual, mais especificamente, a Secretaria da Fazenda, não havia divulgado, até esta data, os dados de arrecadação do ICMS correspondentes ao primeiro quadrimestre de 2007. Foram divulgados, no início do mês de maio, apenas os resultados de janeiro e fevereiro, apesar do Cruesp ter enviado em 25 de abril, e os Reitores da UNESP e da USP, antes disso, ofício - não respondido até o dia 10/05 - ao Secretário da Fazenda, solicitando os resultados, mesmo que parciais, de março e abril. Na avaliação do Presidente do Cruesp, as UPPs não têm que se preocupar com os decretos que não as mencionam.

Assim, os Reitores - com a leitura "inocente" que fazem das consequências dos decretos e dos atos do Governador Serra - têm se mostrado permissivos quanto ao assalto perpetrado contra a autonomia da UPPs. Até agora o Cruesp nem sequer fez uma manifestação pública que indicasse, pelo menos preocupação quanto aos atos do novo governo no que se refere ao sistema de ensino superior do estado de São Paulo, nem esboçou, até agora, qualquer reação quanto à falta de transparência da Secretaria da Fazenda, que não tem divulgado, com a devida presteza, os dados sobre a arrecadação do ICMS. Apenas nos disseram que não receberam as informações e que, portanto, não poderiam avaliar o impacto das nossas reivindicações nas contas (?) das Universidades.

Por outro lado, circula na ALESP a proposta de LDO do Governo que, entre outras coisas, fixa em 9,57% do ICMS os recursos para as UPPs e não em **no mínimo** 9,57% como nas versões das LDOs de anos anteriores. O parágrafo 2º do artigo 4º diz que "O acréscimo de gastos para expansão de vagas no ensino superior público poderá ser custeado com a destinação de recursos suplementares, observados estudos relativos a esse fim." e o parágrafo 3º também do artigo 4º "O Poder Executivo poderá dar continuidade ao programa de expansão do ensino superior público em parceria com as Universidades Estaduais.". Será que isto significa nova expansão sem que se consolide a que foi feita nos últimos anos?

Esses textos, juntamente com o que fixa o percentual, confirmam a fala do Secretário Pinotti de que não haverá liberação de recursos para as UPPs acima dos 9,57% do ICMS. Então onde estão os recursos para arcar com as despesas geradas pela expansão de vagas já realizada e ainda não consolidada?

A criação, com rapidez inédita, de uma entidade gestora única do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos titulares de cargos efetivos – RPPS e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de São Paulo – RPPM a SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPPREV, coloca em sério risco a nossa sobrevivência quando aposentarmos. Em primeiro lugar porque, desta forma, não se dispõe do tempo e da serenidade necessários para que sejam produzidas análises dos vários aspectos que envolvem um projeto dessa envergadura e complexidade, inclusive acerca da sua própria viabilidade financeira. Não há, ou não foi disponibilizado, nenhum estudo da consistência atuarial do projeto, portanto, não se pode assegurar a sua exeqüibilidade!

Diante do apetite intervencionista do Governo Serra, da omissão e inoperância dos Reitores, só nos resta a alternativa de resistir e lutar, reafirmando o nosso compromisso com a Universidade Pública socialmente referenciada e produtora de ensino, pesquisa e extensão de qualidade. E a nossa luta neste momento é necessária para que:

(a) sejam revogados os decretos do Governador que põem as UPPs sob o controle do poder executivo;

(b) sejam contemplados na LDO os recursos necessários para consolidar a expansão já realizada e para que tenhamos salários e condições de trabalho dignas;

(c) seja atendida a pauta de reivindicações do F6;

(d) tenhamos, depois de aposentarmos, salários iguais aos colegas da ativa.

O F6, considerando a extrema gravidade da situação que estamos vivendo nesse momento, deliberou apresentar às assembleias de docentes, funcionários e alunos das três UPPs o indicativo de greve contra a intervenção do governo Serra, pela aprovação da pauta de reivindicações apresentada ao Cruesp e pela retirada - para que se procedam os estudos e as negociações necessárias - do projeto que cria a SPPREV.

Calendário de lutas:

a) Semana de assembleias 14 a 21/05;

b) Reunião do Funcionalismo no dia 16/05, no Sind. Saúde...

c) ato no dia 17/05.....na Alesp - Solicitação de audiência pública (embora os estudantes e o sintusp querem ir para o palácio do governo)

d) Reunião do Fórum das Seis na Alesp, no final da tarde do dia 17/05

e) Participação e preparação do dia 23/05, ato conjunto do funcionalismo;

Indicativo de greve – Discussão em assembleias na semana de 14 a 18/05/07 em todos os Campi da UNESP